



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 4.2023.CPL.1027733.2022.024530

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4007/2023-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCEDIMENTO INTERNO N.º 2022.024530

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, órgão gerenciador deste Registro de Preços, situado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7995, Bairro Nova Esperança, CEP: 69037-473, representado neste ato por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, **LÍLIAN MARIA PIRES STONE**, inscrita no CPF sob n.º 405.025.542-15, portadora do RG n.º MP000000302, residente e domiciliada nesta Capital, e a Empresas **FN DE ALMEIDA EPP**, inscrita no CNPJ N.º 84.111.020/0001-2, **MOVENORTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ N.º 84.499.755/0001-72, **V R P DE OLIVEIRA COMERCIO E REPRESENTACAO DE EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ N.º 45.030.413/0001-57 e **BETEL MOVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ N.º 30.746.178/0001-47, DORAVANTE denominadas **Fornecedoras**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível contratação entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 4007/2023-CPL/MP/PGJ**, na modalidade de Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a possível e eventual ***aquisição de mobiliário em geral, com garantia total do fabricante por, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar da data da entrega, com representante e assistência técnica em Manaus, para atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, por um período de 12 (doze) meses***, conforme as especificações mínimas e os quantitativos constantes do Edital do cotejo em epígrafe, descritos e qualificados na forma de seu Anexo.

I. Eis os itens registrados em favor dos Fornecedores:

FN DE ALMEIDA EPP, inscrita no CNPJ N.º 84.111.020/0001-2

ITEM 1 - MESA EM L CORTE CONVEXO – 2000 L1 X 1600 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm);

Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;

Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;

Valor Unitário do Item: R\$ 978,89 (Novecentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

ITEM 2 - MESA EM L CORTE CONVEXO – 1800 L1 X 1600 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm);

Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;

Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;

Valor Unitário do Item: R\$ 929,00 (Novecentos e vinte e nove reais).

ITEM 4 - MESA DELTA CORTE CONVEXO – 1400 L1 X 1400 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm).

Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;

Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;

Valor Unitário do Item: R\$ 557,00 (Quinhentos e cinquenta e sete reais).

ITEM 5 - MESA RETA BASE METALICA – 1.400 X 750 X 740 (mm);

Quantidade registrada: 50 (cinquenta) unidades;

Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;

Valor Unitário do Item: R\$ 430,00 (Quatrocentos e trinta reais).

ITEM 6 - MESA RETA BASE METALICA – 1.200 X 750 X 740 (mm);

Quantidade registrada: 50 (cinquenta) unidades;

Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;

Valor Unitário do Item: R\$ 427,00 (Quatrocentos e vinte e sete reais).

ITEM 7 - MESA RETA BASE METALICA – 800 X 750 X 740 mm;

Quantidade registrada: 25 (vinte e cinco) unidades;

Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;

Valor Unitário do Item: R\$ 329,00 (trezentos e vinte e nove reais).

ITEM 9 - MESA REDONDA PARA COPA -800 mm Ø X A=740 mm;

Quantidade registrada: 10 (dez) unidades;

Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;

Valor Unitário do Item: R\$ 341,00 (Trezentos e quarenta e um reais).

ITEM 10 - GAVETEIRO VOLANTE 4 GAVETA. Medindo: 450 X 500 X 700 mm (LxPxA);

Quantidade registrada: 60 (sessenta) unidades;

Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;

Valor Unitário do Item: R\$ 446,00 (Quatrocentos e quarenta e seis reais).

ITEM 17 - CADEIRA FIXA TIPO SECRETÁRIA SEM BRAÇOS;

Quantidade registrada: 20 (vinte) unidades;

Marca/Modelo: Marca: Vector Modelo Vértice;

Valor Unitário do Item: R\$ 200,00 (Duzentos reais).

ITEM 23 - NICHOS EM MDF - Altura 0.30 m Largura 0.75 m Profundidade 0.25 cm

Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;

Marca/Modelo: Marca: Refrimov Modelo Home;

Valor Unitário do Item: R\$ 130,00 (Cento e trinta reais).

MOVENORTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ N.º 84.499.755/0001-72

ITEM 3 - MESA EM L CORTE CONVEXO – 1600 L1 X 1400 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm).

Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;

Marca/Modelo: Marca Beira Alta, Modelo BA2.MD1600;

Valor Unitário do Item: R\$ 878,00 (oitocentos e setenta e oito reais).

ITEM 8 - MESA DE REUNIÃO REDONDA -1200 X 740 mm.

Quantidade registrada: 15 (quinze) unidades;

Marca/Modelo: Marca Beira Alta, modelo BA2-MRD1200;

Valor Unitário do Item: R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais).

ITEM 22 - MESA RETA DESLIZANTE COM TAMPO RECLINÁVEL PARA TREINAMENTO – 1.200 X 750 X 740 (mm)

Quantidade registrada: 5 (cinco) unidades;

Marca/Modelo: Marca MOTIVA, modelo 725581;

Valor Unitário do Item: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

V R P DE OLIVEIRA COMERCIO E REPRESENTACAO DE EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ N.º 45.030.413/0001-57

ITEM 11- ARMÁRIO EM AÇO COM 2 (DUAS) PORTAS.

Quantidade registrada: 45 (quarenta e cinco) unidades;

Marca/Modelo: Elite Aço, Modelo EA301;

Valor Unitário do Item: R\$ 1.129,00 (um mil cento e vinte e nove reais).

ITEM 19 - SOFÁ DE UM LUGAR COM BRAÇOS, PADRÃO EXECUTIVO

Quantidade registrada: 10 (dez) unidades;

Marca/Modelo: Shalon, modelo Executivo 1L;

Valor Unitário do Item: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

ITEM 20 - SOFÁ DE 2 LUGARES COM BRAÇOS, PADRÃO EXECUTIVO.

Quantidade registrada: 10 (dez) unidades;

Marca/Modelo: Shalon, modelo Executivo 2L;

Valor Unitário do Item: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

ITEM 21 - SOFÁ DE 3 LUGARES COM BRAÇOS, PADRÃO EXECUTIVO.

Quantidade registrada: 10 (dez) unidades;

Marca/Modelo: Shalon, modelo Executivo 3L;

Valor Unitário do Item: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

BETEL MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ N.º 30.746.178/0001-47

ITEM 12 - ESTANTE EM AÇO. 06 (seis) prateleiras reguláveis. Reforço em X. Medidas: 92,5 (L) x 198 (A) x 30 (P) cm

Quantidade registrada: 60 (sessenta) unidades;

Marca/Modelo: ANDIN / FAB: BM. / MOD: EA01

Valor Unitário do Item: R\$ 696,38 (seiscentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos).

ITEM 13 - POLTRONA PRESIDENTE COM BRAÇOS.

Quantidade registrada: 80 (oitenta) unidades;

Marca/Modelo: FRISOKAR / FAB: BM. / MOD: PRE01;

Valor Unitário do Item: R\$ 609,00 (seiscentos e nove reais).

ITEM 14 - CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR COM BRAÇOS.

Quantidade registrada: 180 (cento e oitenta) unidades;

Marca/Modelo: FRISOKAR / FAB: BM. / MOD: DIR01

Valor Unitário do Item: R\$569,00 (quinhentos e sessenta e nove reais)

ITEM 15 - CADEIRA FIXA DIRETOR COM BRAÇOS.

Quantidade registrada: 150 (cento e cinquenta) unidades;

Marca/Modelo: FRISOKAR / FAB: BM. / MOD: DIR02;

Valor Unitário do Item: R\$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco reais).

ITEM 16 - CADEIRA GIRATÓRIA TIPO SECRETÁRIA COM BRAÇOS

Quantidade registrada: 20 (vinte) unidades;

Marca/Modelo: FRISOKAR / FAB: BM. / MOD: SEC01

Valor Unitário do Item: R\$ 429,00 (quatrocentos e vinte e nove reais).

ITEM 18 - LONGARINA DE 3 LUGARES MODELO DIRETOR COM BRAÇOS LATERAIS.

Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;

Marca/Modelo: FRISOKAR / FAB: BM. / MOD: LONG01

Valor Unitário do Item: R\$1.499,00 (um mil quatrocentos e noventa e nove reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DA ATA

A presente **Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por todos os órgãos da Administração Pública, desde que autorizados pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A ordem de classificação dos licitantes observará suas propostas finais ofertadas durante o certame, conforme exposto na Ata da Sessão, para fins de formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO

A FORNECEDORA deverá efetuar a entrega do objeto contratado dentro do prazo e de acordo com as especificações constantes do Edital da licitação e deste Instrumento, observando estreitamente as prescrições e as recomendações do fabricante, a legislação estadual ou municipal, se houver, bem como outras normas correlatas, ainda que não estejam explicitamente aqui citadas.

Subcláusula Primeira. Deverá, ainda, no ato da entrega do objeto, a CONTRATADA fornecer **TERMO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA** ou documento substitutivo, informando o período do licenciamento e do serviço de suporte técnico, de acordo com as exigências constantes neste Termo de Referência.

Subcláusula Segunda. Entregar os produtos embalados, de forma que não sejam danificados durante a operação de transporte, carga e descarga, assinalando na embalagem a marca e características que possibilitem a conferência.

Subcláusula Terceira. Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega no horário e endereço indicados pela CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta. Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, do objeto.

Subcláusula Quinta. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS julgar necessário;

Subcláusula Sexta. Manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Sétima. A empresa vencedora, quando da solicitação do material, deverá retirar a nota de empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação efetivada, **sob pena de decair o direito à**

contratação.

I - Como condição inafastável para que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao **SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – da SECRETARIA DA FAZENDO DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ**.

II - Como condição para emissão da nota de empenho a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

III - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

IV - Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados para celebrar o contrato, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – DA ENTREGA

As solicitações do material serão efetuadas pelo **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**, na medida das necessidades da PGJ, mediante Nota de Autorização de Fornecimento, que serão disponibilizadas e enviadas à FORNECEDORA, devendo ser assinada eletronicamente via Sistema SEI por funcionário/representante da FORNECEDORA. As autorizações de fornecimento para a prestação dos serviços objeto do contrato serão expedidas conforme necessidade da CONTRATANTE.

Subcláusula Primeira. O prazo para a entrega para todos os itens não poderá ultrapassar **30 (trinta) dias corridos**, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento, pela empresa FORNECEDORA, da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço.

Subcláusula Segunda. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) O recebimento do material será realizado por servidores da ADQUIRENTE e ocorrerá:

a.1) PROVISORIAMENTE pelo **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**, no prazo máximo de **05 (cinco) dias corridos**, contado da efetiva entrega no bem no local indicado para entrega, para posterior verificação da conformidade do material com as especificações; e

a.2) DEFINITIVAMENTE pelo **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT**, no prazo máximo de **07 (dias) dias úteis**, a contar do recebimento provisório.;

b) Juntamente à nota fiscal deverá ser entregue a documentação necessária para a efetuação do pagamento devido (requerimento, recibo e certidões negativas de débitos).

Subcláusula Terceira. Quando do recebimento definitivo das mercadorias, uma amostragem dos itens poderá ser enviada ao fabricante do produto, para que este certifique a procedência dos mesmos.

Subcláusula Quarta. No que couber, a futura CONTRATADA deverá garantir total integridade do produto, objeto desta licitação, desde o seu início até a sua entrega final, devendo atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade, observando-se, rigorosamente, as características especificadas.

Subcláusula Quinta. A execução dos serviços e a entrega do objeto contratado deverá ser realizada, observando-se as diretrizes do Termo de Referência.

Subcláusula Sexta. A CONTRATADA deverá fornecer um **TERMO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA** ou documento substitutivo, informando o período do licenciamento e do serviço de suporte técnico, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência.

Subcláusula Sétima. O recebimento dos produtos será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 73 da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula Oitava. O Recebimento Provisório não constitui aceitação dos mesmos.

Subcláusula Nona. O Recebimento Provisório ou Definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do objeto deste Termo.

Subcláusula Dez. Os materiais que apresentarem desconformidades com as exigências requisitadas não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente retirados pela CONTRATADA, sem ônus para a PGJ-AM, e **substituídos no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, contado do recebimento da notificação formal da CONTRATANTE/ADQUIRENTE, sujeitando-se, na inobservância, às penalidades previstas no ato convocatório e seus anexos;

Subcláusula Onze. A CONTRATADA deverá corrigir, sem ônus adicionais, qualquer erro ou defeito no produto entregue e aceito pela CONTRATANTE que não estiver de acordo com os requisitos acordados, nos termos do art. 69, da Lei 8.666/93, durante o período de vigência da garantia.

Subcláusula Doze. No caso de substituição, o novo produto que vier a ser oferecido deverá conter, necessariamente, todas as funcionalidades e prover todos os serviços daquele que substituiu

Subcláusula Treze. Se, a qualquer tempo, vier a ser constatado que o material fornecido o foi em desacordo com as especificações e, em decorrência desse fato, observar-se qualquer tipo de dano ao equipamento onde está sendo utilizado, o reparo do equipamento ou, se for o caso, a sua substituição, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da lei pertinente.

Subcláusula Catorze. A futura CONTRATADA será responsável pelo transporte dos produtos, desde o local de sua fabricação/embalagem, conforme o caso, até o local de entrega, o qual será indicado **na Autorização de Fornecimento de Material, pelo SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT.**

Subcláusula Quinze. A entrega dos equipamentos deverá ser previamente agendada com o SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL pelos telefones nº (92) 3655-0766 ou (92) 3655-0767, em dias úteis, no horário de 08h às 14h.

Subcláusula Dezesseis. Todos os produtos deverão, no que couber, ser entregues lacrados, de forma a proteger o material da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens que apresentarem violação de qualquer espécie deverão ser substituídas pela fornecedora, caso necessário, ainda na fase de inspeção.

Subcláusula Dezesete. A CONTRATADA deverá atentar para que os produtos sejam reconhecidamente de primeira qualidade e de primeiro uso, novos, sem qualquer vício ou avaria, com garantia do fabricante, devendo, se for o caso, constar em suas embalagens suas respectivas especificações, sob pena de ser recusado.

Subcláusula Dezoito. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

Subcláusula Dezenove. A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do produto solicitado, não sendo admitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis, acompanhados dos manuais correspondentes e termos de garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a trinta dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

I – A respectiva nota fiscal/fatura dos produtos, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverá estar devidamente discriminada, em nome da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85**, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e ainda, Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Certidão de regularidade junto a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

II – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Subcláusula Primeira. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática

do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

Subcláusula Segunda. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao produto, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

Subcláusula Terceira. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} = I = \frac{6}{100 \times 365} = I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%”.

Subcláusula Quarta. Aplica-se a mesma regra disposta na subcláusula anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, d, da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula Quinta. Nenhum pagamento será efetivado sem que a área solicitante, emita o Termo de Recebimento Definitivo e ateste que o objeto contratado está integralmente sendo entregue/disponibilizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o **ESTADO DO AMAZONAS**, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e no contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula Primeira. Será aplicada multa de **até 30%** (trinta por cento) do valor estimado para a contratação à licitante que, sem justificativa aceita pela Administração:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido;
- f) não assinar/retirar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou o contrato no prazo estabelecido;
- g) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- h) não mantiver a proposta.

Subcláusula Segunda. Para os fins da subcondição da alínea “d”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

Subcláusula Terceira. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

I – **Advertência**, no caso de atraso no cumprimento dos prazos para apresentação de uma solução definitiva para o problema com solução provisória, bem como, nos casos de atraso no encaminhamento do diagnóstico da ocorrência e comprovação da correção após a solução definitiva do problema.

II – **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos no Edital;

III – **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

IV – **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei n.º 8.666/93;

V – **Impedimento de licitar e contratar com o Estado do Amazonas** pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Subcláusula Quarta. Se a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, além das **multas previstas no ITEM 7 do TERMO DE REFERÊNCIA N.º 34.2022.SPAT. 0950769.2022.024530**, poderá ser aplicada a seguinte multa:

a) **Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total** da proposta quando, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, o vencedor não mantiver a proposta apresentada na sessão pública.

Subcláusula Quinta. As multas de que trata o presente item serão entendidas como independentes e cumulativas.

Subcláusula Sexta. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Subcláusula Sétima. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública **podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente as de multa, as quais, por sua vez, podem ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

Subcláusula Oitava. A aplicação de quaisquer penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO REEQUILÍBRIO CONTRATUAL

Subcláusula Primeira. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

Subcláusula Segunda. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Terceira. Quando o preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmado a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

Subcláusula Quarta. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DEZ – DA IRREAJUSTABILIDADE DE PREÇOS

Os preços constantes da presente Ata de Registro de Preços não sofrerão quaisquer reajustes durante todo o tempo de sua vigência, ressalvado o previsto na cláusula nona supra.

CLÁUSULA ONZE – DA FISCALIZAÇÃO

O Ordenador de Despesas delega competência ao servidor responsável pelo **SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT** da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, para solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DOZE – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

Subcláusula Primeira. Compete ao órgão gerenciador:

- a) Administrar a presente Ata;
- b) Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços.

Subcláusula Segunda. Compete às Entidades Participantes destinatários:

- a) Requisitar o fornecimento de materiais cujos preços encontram-se registrados nesta Ata.
- b) Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente a quantidade de material solicitado.
- c) Elaborar termo contratual, quando necessário nas situações previstas em Lei.
- d) Efetuar o pagamento referente a aquisição do material nos termos previstos no edital da Licitação de Registro de Preços.

Subcláusula Terceira. Compete à CONTRATADA, além daquelas previstas no ITEM 5 do TERMO DE REFERÊNCIA N° 34.2022.SPAT.0950769.2022.024530, Anexo I:

- a) Fornecer durante 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato desta Ata na Imprensa Oficial, os itens relacionados na presente Ata, na forma e condições fixadas no Edital e na proposta, mediante autorização e Nota de Empenho, devidamente assinada pelo responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes da Licitação de Registro de Preços.
- b) Retirar a Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação para recebimento, nos termos do Edital, parte integrante desta Ata de Registro de Preços.
- c) Entregar os materiais no local previsto no instrumento convocatório, de acordo com os termos do Edital.
- d) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades referentes à forma de fornecimento dos materiais e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata.
- e) Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas.
- f) Ressarcir os prejuízos causados ao Estado do Amazonas ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;
- g) Cumprir as obrigações descritas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA TREZE – DO CANCELAMENTO DA ATA E REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços; em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente do registro de preços;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

Subcláusula Primeira: a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida ao FISCAL da Ata de Registro de Preços ou à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO por meio do endereço eletrônico protocolo@mpam.mp.br.

Subcláusula Segunda: a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste documento e, a oportunidade do contraditório e ampla defesa, serão feitos por correio eletrônico (preferencialmente) nos endereços de e-mails constantes da Proposta de Preços e SICAF ou por correspondência com aviso de recebimento ou, ainda, por meio de entrega pelo Setor de Transportes (no caso de empresa sediada no mesmo município da Contratante), juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Subcláusula Terceira: no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na IMPRENSA OFICIAL, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

CLÁUSULA CATORZE - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

Subcláusula Primeira. A emissão das autorizações de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

Subcláusula Segunda. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** poderá ou não contratar o objeto deste pregão;

CLÁUSULA QUINZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

Subcláusula Primeira: Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 4007/2023-CPL/MP/PGJ-SRP** e as propostas do(s) Fornecedor(es).

Subcláusula Segunda: Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado.

Subcláusula Terceira: Os pedidos de alteração de marcas e/ou modelo do objeto registrado deverão ser protocolados em até **5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, com a devida documentação comprobatória dos fatos alegados, sob pena de não apreciação dos pedidos por inépcia.

Subcláusula Quarta: Fica eleito o Foro da Cidade de Manaus/AM para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Subcláusula Quinta: Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as disposições constantes do Ato n.º 322/2007, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005,

e das demais normas legais aplicáveis.

Manaus (AM), 19 de abril de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Ordenadora de Despesas

FN DE ALMEIDA EPP, inscrita no CNPJ N.º 84.111.020/0001-2
Represente Legal: FABIO NUNES DE ALMEIDA
CPF n.º 309.91172-72

MOVENORTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ N.º 84.499.755/0001-72
Represente Legal: JORGE CHALUB PEREIRA
CPF n.º 018.136.762-91

V R P DE OLIVEIRA COMERCIO E REPRESENTACAO DE EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ N.º 45.030.413/0001-57
Represente Legal: VICTOR RAPHAEL PAIVA DE OLIVEIRA
CPF n.º 764.728.922-53

BETEL MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ N.º 30.746.178/0001-47
Represente Legal: ELIZEU DA MOTA TRINDADE
CPF n.º 313.556.092-91



Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone, Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 26/04/2023, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO NUNES DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 27/04/2023, às 09:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE CHALUB PEREIRA, Usuário Externo**, em 27/04/2023, às 09:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VICTOR RAFAEL PAIVA DE OLIVEIRA, Representante Legal**, em 27/04/2023, às 12:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALICE MITIKA ISHIKAWA, Representante Legal**, em 28/04/2023, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1027733** e o código CRC **C478B5C8**.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 5.2023.CPL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.007/2023-CPL/MP/PGJ-SRP

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Aos 19 (dezenove reais) dias do mês de abril de 2023, no Órgão Gerenciador, são registrados os preços da empresa abaixo mencionada, para formação de registro de preços para eventual aquisição de mobiliário em geral, com garantia total do fabricante por, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar da data da entrega, com representante e assistência técnica em Manaus, para atender às necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, por um período de 12 (doze) meses, conforme as especificações mínimas e os quantitativos constantes do Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, descritos e qualificados na forma de seu Anexo. As especificações constantes do respectivo Processo, assim como os termos da proposta de preços, integram o presente registro, independentemente de transcrição. O contrato, ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, na forma do art. 62, caput e §4º, da Lei n.º 8.666/93, indicará o(s) local(is) de entrega dos produtos. O presente registro terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação na Imprensa Oficial.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 4.2023.CPL.1027733.2022.024530

FN DE ALMEIDA EPP, inscrita no CNPJ N.º 84.111.020/0001-2:

ITEM 1 - MESA EM L CORTE CONVEXO – 2000 L1 X 1600 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm);
Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;
Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;
Valor Unitário do Item: R\$ 978,89 (Novecentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

ITEM 2 - MESA EM L CORTE CONVEXO – 1800 L1 X 1600 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm);
Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;
Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;
Valor Unitário do Item: R\$ 929,00 (Novecentos e vinte e nove reais).

ITEM 4 - MESA DELTA CORTE CONVEXO – 1400 L1 X 1400 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm).
Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;
Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;
Valor Unitário do Item: R\$ 557,00 (Quinhentos e cinquenta e sete reais).

ITEM 5 - MESA RETA BASE METALICA – 1.400 X 750 X 740 (mm);
Quantidade registrada: 50 (cinquenta) unidades;
Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;
Valor Unitário do Item: R\$ 430,00 (Quatrocentos e trinta reais).

ITEM 6 - MESA RETA BASE METALICA – 1.200 X 750 X 740 (mm);
Quantidade registrada: 50 (cinquenta) unidades;
Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;
Valor Unitário do Item: R\$ 427,00 (Quatrocentos e vinte e sete reais).

ITEM 7 - MESA RETA BASE METALICA – 800 X 750 X 740 mm;
Quantidade registrada: 25 (vinte e cinco) unidades;
Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;
Valor Unitário do Item: R\$ 329,00 (trezentos e vinte e nove reais).

ITEM 9 - MESA REDONDA PARA COPA -800 mm Ø X A=740 mm;
Quantidade registrada: 10 (dez) unidades;
Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;
Valor Unitário do Item: R\$ 341,00 (Trezentos e quarenta e um reais).

ITEM 10 - GAVETEIRO VOLANTE 4 GAVETA. Medindo: 450 X 500 X 700 mm (LxPxX);
Quantidade registrada: 60 (sessenta) unidades;
Marca/Modelo: Refrimov Modelo: Operacional;
Valor Unitário do Item: R\$ 446,00 (Quatrocentos e quarenta e seis reais).

ITEM 17 - CADEIRA FIXA TIPO SECRETÁRIA SEM BRAÇOS;
Quantidade registrada: 20 (vinte) unidades;
Marca/Modelo: Marca: Vector Modelo Vértice;
Valor Unitário do Item: R\$ 200,00 (Duzentos reais).

ITEM 23 - NICHOS EM MDF - Altura 0.30 m Largura 0.75 m Profundidade 0.25 cm
Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;
Marca/Modelo: Marca: Refrimov Modelo Home;
Valor Unitário do Item: R\$ 130,00 (Cento e trinta reais).

MOVENORTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ N.º 84.499.755/0001-72:

ITEM 3 - MESA EM L CORTE CONVEXO – 1600 L1 X 1400 L2 X 740P1 X 740 P2 x740 A (mm).
Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;
Marca/Modelo: Marca Beira Alta, Modelo BA2.MD1600;
Valor Unitário do Item: R\$ 878,00 (oitocentos e setenta e oito reais).

ITEM 8 - MESA DE REUNIÃO REDONDA -1200 X 740 mm.
Quantidade registrada: 15 (quinze) unidades;
Marca/Modelo: Marca Beira Alta, modelo BA2-MRD1200;
Valor Unitário do Item: R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais).

ITEM 22 - MESA RETA DESLIZANTE COM TAMPO RECLINÁVEL PARA TREINAMENTO – 1.200 X 750 X 740 (mm)
Quantidade registrada: 5 (cinco) unidades;
Marca/Modelo: Marca MOTIVA, modelo 725581;
Valor Unitário do Item: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

V R P DE OLIVEIRA COMERCIO E REPRESENTACAO DE EQUIPAMENTO MEDICO-HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ N.º 45.030.413/0001-57:

ITEM 11- ARMÁRIO EM AÇO COM 2 (DUAS) PORTAS.
Quantidade registrada: 45 (quarenta e cinco) unidades;
Marca/Modelo: Elite Aço, Modelo EA301;
Valor Unitário do Item: R\$ 1.129,00 (um mil cento e vinte e nove reais).

ITEM 19 - SOFÁ DE UM LUGAR COM BRAÇOS, PADRÃO EXECUTIVO
Quantidade registrada: 10 (dez) unidades;
Marca/Modelo: Shalon, modelo Executivo 1L;
Valor Unitário do Item: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

ITEM 20 - SOFÁ DE 2 LUGARES COM BRAÇOS, PADRÃO EXECUTIVO.
Quantidade registrada: 10 (dez) unidades;
Marca/Modelo: Shalon, modelo Executivo 2L;
Valor Unitário do Item: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

ITEM 21 - SOFÁ DE 3 LUGARES COM BRAÇOS, PADRÃO EXECUTIVO.
Quantidade registrada: 10 (dez) unidades;
Marca/Modelo: Shalon, modelo Executivo 3L;
Valor Unitário do Item: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

BETEL MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ N.º 30.746.178/0001-47:

ITEM 12 - ESTANTE EM AÇO. 06 (seis) prateleiras reguláveis.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lilian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

Câmaras Cíveis

Mara Nóbria Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva

Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Oliveira Vieira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA**Câmaras Criminais**

Carlos Lélío Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas

Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demóstenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Aguinelo Balbi Júnior
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demóstenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA

Jussara Maria Pordeus e Silva

Reforço em X. Medidas: 92,5 (L) x 198 (A) x 30 (P) cm
Quantidade registrada: 60 (sessenta) unidades;
Marca/Modelo: ANDIN / FAB: BM. / MOD: EA01
Valor Unitário do Item: R\$ 696,38 (seiscentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos).

ITEM 13 - POLTRONA PRESIDENTE COM BRAÇOS.

Quantidade registrada: 80 (oitenta) unidades;
Marca/Modelo: FRISOKAR / FAB: BM. / MOD: PRE01;
Valor Unitário do Item: R\$ 609,00 (seiscentos e nove reais).

ITEM 14 - CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR COM BRAÇOS.

Quantidade registrada: 180 (cento e oitenta) unidades;
Marca/Modelo: FRISOKAR / FAB: BM. / MOD: DIR01
Valor Unitário do Item: R\$569,00 (quinhentos e sessenta e nove reais)

ITEM 15 - CADEIRA FIXA DIRETOR COM BRAÇOS.

Quantidade registrada: 150 (cento e cinquenta) unidades;
Marca/Modelo: FRISOKAR / FAB: BM. / MOD: DIR02;
Valor Unitário do Item: R\$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco reais).

ITEM 16 - CADEIRA GIRATÓRIA TIPO SECRETÁRIA COM BRAÇOS

Quantidade registrada: 20 (vinte) unidades;
Marca/Modelo: FRISOKAR / FAB: BM. / MOD: SEC01
Valor Unitário do Item: R\$ 429,00 (quatrocentos e vinte e nove reais).

ITEM 18 - LONGARINA DE 3 LUGARES MODELO DIRETOR COM BRAÇOS LATERAIS.

Quantidade registrada: 30 (trinta) unidades;
Marca/Modelo: FRISOKAR / FAB: BM. / MOD: LONG01
Valor Unitário do Item: R\$1.499,00 (um mil quatrocentos e noventa e nove reais).

DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ordenadora de Despesas delega competência ao servidor responsável pelo SETOR DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – SPAT da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, para solicitar a aquisição do objeto ora registrado e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços aqui mencionada.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenadora de Despesas

Amazonas.

Contratada: COMPANHIA HUMAITAENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO.
Signatária: Exma. Sra. LÍLIAN MARIA PIRES STONE (Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos)
Data da Assinatura: 26/04/2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ministério Público do Estado do Amazonas

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo: 2022.016293

Especie: 1º Temo de Apostilamento à Carta-Contrato nº 006/2022 - MP/PGJ.

Objeto: Apostilar à Carta-Contrato n.º 006/2022 – MP/PGJ a Nota de Empenho n.º 2023NE0000001, relativa à dotação orçamentária para o exercício de 2023, nos termos previstos em sua cláusula décima quarta. Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2087.0001 – Administração de Serviços de energia elétrica, água e esgoto e telefonia; Fonte: 1.500.100.0.0000.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos; Natureza da Despesa: 33903944 – Serviços de água e esgoto; tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 02/01/2023, a Nota de Empenho n.º 2023NE0000001, no valor global de R\$ 18.856,80 (dezoito mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Contratada: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS - COSAMA.

Signatária: Exma. Sra. LÍLIAN MARIA PIRES STONE (Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos)

Data da Assinatura: 26/04/2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ministério Público do Estado do Amazonas

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo: 2021.018937

Especie: 1º Temo de Apostilamento à Carta-Contrato nº 007/2021 - MP/PGJ.

Objeto: Apostilar à Carta-Contrato n.º 007/2021 – MP/PGJ a Nota de Empenho n.º 2023NE0000002, relativo à dotação orçamentária para o exercício de 2023, nos termos previstos na cláusula terceira do 1º Termo Aditivo à Carta-Contrato n.º 007/2021 – MP/PGJ.

Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2087.0001 – Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto e Telefonia; Fonte: 1.500.100.0.0000.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos; Natureza da Despesa: 33903944 – Serviços de Água e Esgoto; tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 02/01/2023, a Nota de Empenho n.º 2023NE0000002, no valor global de R\$ 182,67 (cento e oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos).

Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Contratada: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE IRANDUBA.

Signatária: Exma. Sra. LÍLIAN MARIA PIRES

EXTRATOS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo: 2020.007499

Especie: 1º Temo de Apostilamento à Carta-Contrato nº 010/2021 - MP/PGJ.

Objeto: Apostilar à Carta-Contrato n.º 010/2021 – MP/PGJ a Nota de Empenho n.º 2023NE0000004, relativa à dotação orçamentária para o exercício de 2023, nos termos previstos em sua cláusula sétima.

Dotação Orçamentária: Unidade Gestora: 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; Unidade Orçamentária: 03101 – Procuradoria-Geral de Justiça; Programa de Trabalho: 03.122.0001.2087.0001 – Administração de Serviços de energia elétrica, água e esgoto e telefonia; Fonte: 1.500.100.0.0000.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos; Natureza da Despesa: 33903944 – Serviços de água e esgoto; tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em 02/01/2023, a Nota de Empenho n.º 2023NE0000004, no valor global de R\$ 2.234,76 (dois mil duzentos e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos).

Contratante: Ministério Público do Estado do Amazonas, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Rita Augusta de Vasconcelos Dias
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

Câmaras Cíveis

Mara Nóbria Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva

Suzete Maria dos Santos

Maria José da Silva Nazaré

Delisa Olívia Vieira Alves Ferreira

Jorge Michel Ayres Martins

Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

Sarah Pirangy de Souza

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Criminais

Carlos Lélío Laura Ferreira
Rita Augusta de Vasconcelos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra

Flávio Ferreira Lopes

Aguinelo Balbi Júnior

Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues

Adelton Albuquerque de Matos

Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas

Karla Fregapani Leite

Públio Caio Bessa Cyrino

Silvia Abdala Tuma

Aguinelo Balbi Júnior

José Bernardo Ferreira Júnior

Neyde Regina Demóstenes Trindade

Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior

(Presidente)

Silvia Abdala Tuma

Aguinelo Balbi Júnior

Silvana Nobre de Lima Cabral

Suzete Maria dos Santos

Neyde Regina Demóstenes Trindade

Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA

Jussara Maria Pordeus e Silva